

Maria Manuel Borges
Elias Sanz Casado
Coordenação



Ciência
da Informação Criadora
de Conhecimento

Vol. II

AS PRÁTICAS EDITORIAIS E DE PUBLICAÇÃO DAS REVISTAS CIENTÍFICAS
PORTUGUESAS DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Maria Manuela Tavares de Matos Cardoso

Universidade Lusíada do Porto (Portugal)

Resumo

O presente artigo tem como principal objectivo a análise das práticas editoriais e de publicação de 43 revistas científicas portuguesas de Ciências Sociais, a partir das declarações que estas revistas expressam nas suas próprias páginas. Este estudo expõe uma experiência de pesquisa do grau de cumprimento, por parte destas revistas, de parâmetros normativos internacionais relativos à apresentação de artigos em publicações periódicas, com o fim de ao estabelecer um perfil destas revistas e dar um primeiro passo para melhorar a sua qualidade editorial, na medida em que a normalização é verdadeiramente um factor indispensável no sucesso do processo de transferência da informação científica. Num primeiro momento procedeu-se a uma heteroavaliação das revistas e examinou-se, através das suas instruções para os autores, o cumprimento por parte de cada uma delas, de 58 parâmetros normativos. E, posteriormente, com o objectivo específico de identificar com maior profundidade as políticas de *Peer Review* das revistas em análise, realizou-se complementarmente, uma autoavaliação destas através do envio de questionários aos 43 directores destas publicações. O perfil característico destas é o de revistas adultas, auspiciadas na sua maioria por instituições universitárias, publicadas fundamentalmente em Lisboa, de periodicidade ampla (semestral/trimestral) e existe uma discrepância considerável entre aquilo que as revistas dizem ser as suas prática e aquilo que são as práticas efectivas através das instruções para os autores. Em geral, estas revistas não se ajustam às normas internacionais de apresentação formal de publicações periódicas, apresentando um fraco padrão na qualidade normativa e do seu processo editorial. O grau de normalização, em 58 parâmetros analisados nas 43 revistas portuguesas, é de 28%. Conclui-se este estudo oferecendo uma série de medidas que levem ao aperfeiçoamento, para que estas possam entrar num novo ciclo de vida: profissionalizadas e internacionalizadas.

Abstract

This article's main goal is to analyze the editorial and publishing practices on 43 scientific Portuguese magazines on Social Sciences, based upon the declarations published on the pages of the studied magazines. This study expresses a research of the level of accomplishment achieved by these magazines of international normative parameters regarding the publishing of articles in periodic publications, in order to establish a profile of these magazines and take a first step to improve their editorial quality, considering that normalization is truly an indispensable factor to assure the success on the process of scientific information transfer. First, the study evaluates the magazines by examining the accomplishment of the 58 normative parameters provided by the magazine to their authors. Then, in order to identify more accurately the Peer Review Policies of the magazines under study, inquiries were sent to the 43 directors of these publications so they could perform their own self evaluation. The common profile of these magazines is that they have an adult target, most of them are sponsored by universities,

they are mainly published in Lisbon, with a wide range of periodicity (semester/trimester) and they reflect a considerable gap between their practices and the instructions given to the authors. In general, these magazines do not conform to the international norms of periodical publications' publishing and they show a low level of normative quality on their editorial process. The normalization level achieved in the 58 analyzed parameters on the 43 Portuguese magazines is 28%. Therefore, this study ends suggesting a series of measures that can improve the magazine's normative quality, leading them to a new life cycle: the improvement of professional skills and internationalization.

1. Introdução

As revistas científicas são na prática totalidade das ciências, entre os múltiplos canais formais (livros) e informais (comunicações em congresso, pareceres científicos e técnicos, correspondência postal ou electrónica, grupos de notícias ou foros electrónicos), o principal meio de comunicação científica (Delgado López-Cózar, Ruiz, & Jiménez Contreras, 2007). Não são somente um canal privilegiado para dar a conhecer os resultados de investigação mas também actuam como meio de informação imprescindível. É por tal motivo que as revistas se converteram em objecto de investigação. Não foram poucos os trabalhos que procuram conhecer quais são as práticas de publicação e políticas editoriais (Coe & Weinstocks, 1967; Beyer, 1978; Peters & Ceci, 1982; Godlee & Jefferson 1999; Weller, 1990; Colaianni, 1994; Wilkes & Kravitz, 1995; Baker, 2002; Freda & Kearney, 2005) o seu ajuste às normas nacionais e internacionais de publicação científica (Delgado López-Cózar 1997, 1998, 1999). Em Portugal, e partindo da experiência profissional, apesar de haver um crescente número de revistas científicas, por área científica, até ao momento, e de acordo com informação dada pela Coordenadora do sistema da LATINDEX em Portugal (Cardoso, 2007) não existem estudos publicados sobre a nossa temática de investigação¹. É de salientar que, a *Fundação para a Ciência e a Tecnologia* (FCT)² tem investido muito trabalho junto dos editores para que este móbil seja compreendido por estes e que por consequência seja atingido. De acordo com Rosário Costa (2007), a comunicação estabelecida com os editores baseia-se numa análise prévia que a FCT faz às revistas, sempre na óptica da qualidade editorial. Assim, o trabalho da FCT realiza-se em duas etapas: por um lado, quando as revistas são seleccionadas imediatamente para o Catálogo significa que cumprem os critérios mínimos exigidos pelo LATINDEX, tendo desta forma a missão de informar, posteriormente, os respectivos editores da sua realidade; por outro lado, os editores das revistas que não cumprem com os requisitos mínimos são contactados pela FCT, no sentido desta os informar sobre o sistema LATINDEX e apresentando-lhes o diagnóstico da revista em questão e, por fim, cabe-lhes o papel

¹ De acordo com informação enviada por *e-mail* pela Coordenação do LATINDEX em Portugal (Gabriela Lopes da Silva, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia).

² Os incentivos concedidos pela FCT para a promoção das revistas é realizada em duas vertentes: se por um lado, a FCT oferece apoio financeiro para a publicação de revistas nacionais e promove a participação destas no sistema LATINDEX; por outro lado, são conhecidos os vários incentivos no sentido de se publicar a produção científica portuguesa em revistas científicas internacionais.

de explicar aos editores destas publicações a necessidade que existe em melhorá-las para que estas possam, a curto ou médio prazo, serem aceites e inseridas no Catálogo LATINDEX. Assim, o êxito da acção da FCT tem vindo a crescer, no entanto, tudo depende da receptividade dos editores às transformações necessárias e propostas. O balanço que pode efectuar é muito positivo e expressivo, no sentido em que no ano de 2002 (Julho), constavam no *Catálogo* 11 revistas portuguesas e em 2009 (Julho), já são 113. Assim, é já muito discutível se será exequível e desejável manter este aumento. Por outro lado, é importante mencionar que a FCT, para além da promoção das revistas científicas portuguesas, também o faz em relação às revistas internacionais, no sentido em que esta instituição avalia as publicações em revistas internacionais, sendo um dos parâmetros da avaliação plurianual das unidades de I&D. A FCT, prioritariamente, galardoa as unidades de I&D que publicam os resultados dos seus trabalhos em revistas de circulação internacional. Desta forma, a FCT apresenta uma visão que já não é a curto prazo mas a longo, trabalhando com os editores nacionais para que num futuro possamos ter revistas científicas portuguesas com difusão internacional e de referência. Paralelamente ao sistema LATINDEX e à promoção das revistas científicas portuguesas e, conseqüentemente, à melhoria da qualidade editorial das revistas portuguesas, encontra-se em desenvolvimento uma plataforma electrónica, composta por revistas científicas portuguesas, em livre acesso, a toda a comunidade científica e público em geral.

Assim, o *Observatório da Ciência e do Ensino Superior* (OCES)³, em parceria com um conjunto de outros países da América Latina e Espanha⁴, aderiu em 2001 à plataforma *SciELO - Scientific Electronic Library Online*⁵. Esta plataforma é um modelo para a disponibilização electrónica de uma colecção seleccionada de periódicos científicos. Este projecto *SciELO* teve a sua origem no Brasil em 1998 e é o produto da cooperação entre a FAPESP – *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo* e BIREME – *Centro Latino-americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde*, instituições nacionais e internacionais relacionadas com a comunicação científica e editores científicos. O grande objectivo do OCES ao desenvolver o projecto *SciELO Portugal*⁶ consiste em promover, via Internet, as revistas científicas portuguesas de qualidade e difundir mundialmente a produção científica nacional, que fica acessível, de forma gratuita e em texto integral, a toda a comunidade científica nacional e internacional. Esta colaboração do OCES nesta plataforma poderá, a longo prazo, contribuir para

³ O OCES é um órgão do MCTES (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) que monitoriza o ensino superior e a actividade tecnológica e científica em Portugal (OCES, 2007).

⁴ Países aderentes à plataforma SciELO: Brasil, Chile, Cuba, Espanha, Costa Rica, México, Venezuela, Colômbia, Argentina, Peru e Portugal.

⁵ SciELO (SciELO, 2007^a) Esta plataforma é um modelo para a disponibilização electrónica de uma colecção seleccionada de periódicos científicos. O projecto SciELO é o produto da cooperação entre a FAPESP – *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo* e BIREME – *Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde*, instituições nacionais e internacionais relacionadas com a comunicação científica e editores científicos.

⁶ *SciELO Portugal* (SciELO Portugal, 2007^a). Esta plataforma electrónica está acessível através do URL seguinte: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/>. Concomitantemente, permite ainda, o acesso através do SciELO.org, a toda a colecção de revistas científicas disponíveis nesse Sítio.

o desenvolvimento da qualidade dos conteúdos das revistas e para o cumprimento da linha editorial das revistas científicas portuguesas incluídas no *SciELO*. O site *SciELO* Portugal ficou disponível a 13 de Março de 2005, estando já disponível um grupo de revistas seleccionadas e para o cumprimento da metodologia *SciELO*, foi constituído o Comité Consultivo *SciELO* Portugal, que iniciou funções em 2006, em Lisboa, tendo já definido e aprovado o respectivo Regulamento Interno de funcionamento. O presente estudo pretende apresentar, uma reflexão e, paralelamente, uma primeira aproximação da situação formal das revistas como principais órgãos de difusão e comunicação do conhecimento certificado.

2. Material e métodos

Trata-se de um estudo seccional descritivo de 43 revistas científicas portuguesas de Ciências Sociais (CS). Foram utilizadas as chamadas *Normas de publicação das revistas, Instruções para os autores ou Instruções para apresentação de manuscritos* e, em geral, a informação que oferece a revista nas suas próprias páginas. Foram considerados 58 parâmetros sobre práticas editoriais e de publicação que são comprovados em cada uma das 43 revistas de CS, os quais encontram-se estruturados numa *Folha de Recolha de dados* apresentada no Anexo 2 (daqui para frente designada por FRD) extraída dos critérios de avaliação de revistas proposta por Delgado López-Cózar et al. (2007). A FRD estrutura-se em três colunas com as seguintes designações: a) Revistas (título da revista); b) Avaliação (avalia-se um parâmetro com o emprego dos provérbios “SIM” e “NÃO”, ou seja, confirma-se ou não a presença de um parâmetro nas declarações expressas nas próprias páginas da revista, nas instruções aos autores); e c) Conteúdo (se for comprovado determinado na revista a avaliação é positiva (“SIM”) e imediatamente transcreve-se literalmente as declarações expressas nas páginas da revista. Por exemplo, ao analisar o parâmetro “Recepção e Agradecimento”, não obstante só vamos comprovar se efectivamente a revista inclui informação sobre este parâmetros, mas também é necessário no caso da comprovação ser “SIM” validar essa avaliação na coluna denominada “Conteúdo” com informação retirada da revista. Assim, num primeiro momento, após a aplicação das FRD às revistas, ou seja, a caracterização do cumprimento dos 58 parâmetros normativos das FRD, procedeu-se ao tratamento desses dados, calculando a percentagem dos parâmetros cumpridos (“SIM”) e não cumpridos (“NÃO”) em cada revista analisada, por área de conhecimento. Optou-se por proceder ao agrupamento destas revistas em 10 grandes grupos ou macro áreas pertencentes a áreas do conhecimento das CS: Antropologia; Ciência Política; Comunicação; Educação; Documentação; Economia; Geografia; Multidisciplinares; Psicologia e Sociologia. Este agrupamento adoptou-se atendendo, basicamente, a dois critérios: afinidade de áreas de conhecimento e evitar demasiada disparidade no tamanho dos grupos. Para o tratamento dos dados das FRD e a geração de representações gráficas utilizamos a folha de cálculo Excel 2003.

3. Resultados e discussão

Será importante, desde já, apresentar o perfil característico das revistas estudadas:

1. Apesar de serem poucas as revistas que exibem a sua antiguidade (6), a análise conclui que se está perante revistas adultas, a maior parte destas têm mais de 20 anos de vida. Na sua maioria, estas revistas tiveram um arranque significativo a partir das décadas de 60, 70 e, principalmente, nos anos oitenta; 2. Encontram-se auspicadas por instituições universitárias (30), associações/sociedades profissionais (6) ou editoras nacionais (7) e internacionais (1); 3. Existe uma concentração das revistas em regiões periféricas, sendo publicadas fundamentalmente em Lisboa (32) e as restantes em cidades como o Porto (4), Coimbra (6) e Minho (1). A concentração das revistas à volta de cidades, principalmente, de Lisboa e Coimbra, justifica-se por ambas terem as duas universidades mais antigas e onde ao longos dos anos se terem estabelecido e cristalizado grandes grupos de profissionais e investigadores; 4. Têm, na sua maioria, como organizações patrocinadoras a sua própria editora, que se assume como a responsável intelectual da publicação das revistas; 5. A sua periodicidade é ampla, sendo uma situação característica das revistas de ciências sociais, ou seja, são predominantemente semestrais (17), trimestrais (6), quadrimestrais (5) e anuais (3).

3.1 Análise geral das políticas editoriais e práticas de publicação

Em linhas gerais pode afirmar-se que, as revistas portuguesas de CS analisadas, oferecem muito pouca informação sobre as suas práticas editoriais e de publicação (Fig. 1). É preocupante a ausência de informação sobre a política editorial seguida pela revista (se a revista dá permissão para haver reprodução de informação protegida pelo direito de propriedade intelectual; a transferência de direitos de exploração do artigo; a não devolução de manuscritos recusados; e, sobre a política de autoria, quase todas as revistas não fixam quais são os critérios que devem cumprir os assinantes de um artigo para serem considerados autores do mesmo e as respectivas mediadas para assegurar que se cumpram (declarações assinadas, etc.), sobre o sistema empregue pela revista para a avaliação dos manuscritos que recebe (*peer review*) ou sobre a forma de apresentar os originais à revista.

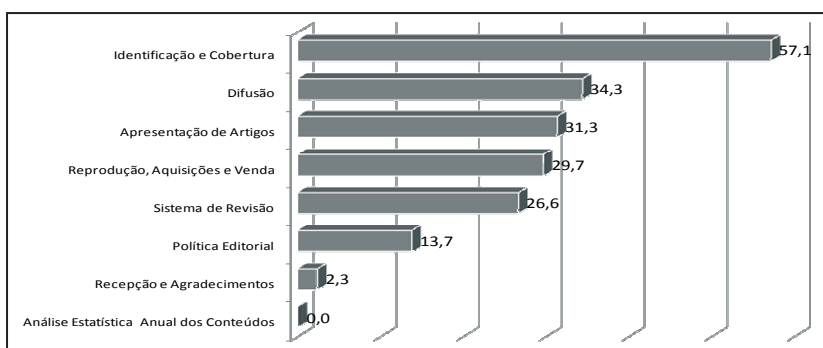


Fig. 1 – Ajuste normativo por bloco

Existem algumas revistas que não apresentam tão-pouco instruções para os autores, ou seja, não informam os autores como devem apresentar os seus trabalhos, visto que não declaram nada. Por outro lado, esta ausência informativa diz muito sobre a escassa normalização destas e reflecte uma má qualidade formal, como meio de comunicação, das revistas. Esta situação habitualmente ocorre nas revistas de Ciências Sociais, ao contrário, nas Ciências Naturais, ocorre tudo de maneira antagónica. A explicação apresentada pelos estudiosos é sociológica e filosófica, ou seja, existem dois discursos científicos devido à natureza das disciplinas: um muito normalizado e homogéneo (*Ciências Naturais e Experimentais*) e outro muito pouco normalizado e muito heterogéneo (*Ciências Sociais e Humanas*).

3.1.2 Recepção e Agradecimento

O primeiro bloco analisado foi o da *Recepção e Agradecimentos* que, por ter sido explicitado por uma única revista surge como um dos aspectos menos tido em consideração nas práticas editoriais dominantes, com um grau de cumprimento de 2,3%.

3.1.3 Política Editorial e de Publicação

No segundo bloco foram analisados 11 parâmetros e todos eles são escassamente referenciados pelas revistas (Anexo 1).

Tabela 1 – Informação oferecida sobre a política editorial e de publicação de 43 revistas portuguesas de Ciências Sociais

Parâmetro	Revistas	
	n	%
Declaração de originalidade (não se publicou anteriormente)	2	4,7
Declaração de não envio simultâneo a outras revistas	4	9,3
Declaração de autorização por cada um dos assinantes de um artigo	0	0,0
Declaração de conflitos de interesse	0	0,0
Permissão de publicar por parte da instituição que financiou a investigação	2	4,7
Permissão por ter reproduzido informação protegida por direito de propriedade intelectual	8	18,6
Transferência de directos de exploração do artigo	7	16,3
Aceitação de correr com gastos derivados do processo de revisão ou de impressão	1	2,3
Compromisso ou não com opiniões	25	58,1
Não devolução de artigos recusados	12	27,9
Política de autoria	4	9,3

Num total de 43 revistas, é muito baixo o ajuste normativo (13,7%) que apresenta este bloco, sendo o parâmetro com maior grau de cumprimento denominado “Compromisso ou não com opiniões” com 58,1%.

3.1.4 Sistemas de Revisão

O *Peer Review* (em português designado por revisão pelos pares), que remonta à controvérsia entre Newton e Leibniz sobre a invenção do cálculo infinitesimal, de acordo com H. Hellman (Hellman, 1998), tem constituído um dos pilares da construção da Ciência Moderna. Assim, se confiamos na qualidade das revistas científicas fazemo-lo, em parte, pelo processo de avaliação dos originais que se publicam nelas. Nas palavras de López-Cózar (Delgado López-Cózar, 2001), apesar dos defeitos que este tem vindo a evidenciar (é lento, custoso, desperdiçador do tempo da comunidade científica, subjectivo, propenso ao ambíguo, permite abusos, é incapaz de detectar fraude, o plágio e a publicação duplicada, não pode garantir a validade externa dos trabalhos) o processo de revisão pelos pares tem sido considerado como o eixo fundamental da publicação científica válida e de qualidade.

Neste bloco pretendeu-se analisar os sistemas de revisão e avaliação empregues por parte das distintas revistas em análise para controlar a qualidade dos originais. Com os parâmetros deste bloco pretendemos determinar se uma revista avalia os originais que recebe ou não. Verificaremos, mais à frente, que se uma revista não avalia os originais que recebe não possui nenhum sistema de revisão pelos pares de manuscritos (o caso das revistas sem instruções para os autores).

São muitas as que declaram que avaliam os originais que recebem. Não obstante, estas não apresentam qualquer explicação nas suas instruções para os autores sobre os seus sistemas de revisão empregues para controlar a qualidade dos manuscritos. Também, a maior parte destas declara que emprega a revisão editorial e somente algumas afirmam aplicar o sistema de revisão por pares.

Por outro lado, mais de metade das revistas declara que implementa a revisão editorial em todos os manuscritos recebidos (62,8%), sendo os artigos submetidos a revisão por parte dos membros da direcção da revista ou do Conselho de Redacção ou da Comissão Editorial, imediatamente depois de receber os originais. Também a maior parte das revistas que, declara que executa a revisão editorial (51,2%), não recorre à revisão pelos pares (41,9%). Concluímos que, a informação dada pelas revistas relativamente a execução da revisão editorial dos originais é muito deficitária, declarando a grande maioria das revistas que, a apreciação preliminar e/ou decisão final de aceitar ou não o original é sempre da competência da direcção da revista. E, finalmente, relativamente à revisão pelos pares e, de acordo com López-Cózar e Ruiz Pérez (Delgado López-Cózar & Ruiz Pérez, 2003) o sistema de revisão pelos pares pode classificar-se atendendo a dois critérios: 1) *Procedência dos revisores*: os revisores podem ser internos ou externos; e 2) *Anonimato do processo de revisão*: de acordo com a identidade de autores e revisores o sistema de arbitragem admite 3 modalidades (o sistema cego, o sistema de duplo cego e o sistema aberto). No entanto, as revistas que declaram que realizam avaliação pelos pares, são poucas as que informam sobre a modalidade do respectivo processo. Assim, todas as revistas que informam sobre essa modalidade, recorrem ao *Anonimato do processo de revisão*, modalidade de sistema cego.

No que toca aos parâmetros “Número de revisores”, concluímos que os resultados são mais uma vez muito negativos, pois somente 7 revistas (18,6 %) declaram nas suas instruções para os autores o número habitual de revisores empregues por estas na avaliação dos seus manuscritos. É assinalável, ainda, nestas revistas o facto destas

empregarem na avaliação dos seus manuscritos 2 revisores, o que segundo alguns autores é o número mais ajustado⁷.

Quanto ao parâmetro “Critérios de revisão”, pretendeu-se neste estudo avaliar se as revistas declaram ou não, quais são os critérios que têm em conta para aceitar os artigos. Sabendo previamente que este tipo de critérios pode variar dependendo da natureza e cobertura da revista, considerámos previamente os 5 seguintes critérios: 1. *Originalidade*: totalmente original, confirmação valiosa, repetição e resultados conhecidos; 2. *Actualidade e novidade*; 3. *Relevância na sua dupla vertente de utilidade*: aplicabilidade dos resultados para a resolução de problemas concretos e significado, no sentido de avanço do conhecimento científico; 4. *Fiabilidade e validade científico*: qualidade metodológica ajustada; 5. *Apresentação*: boa redacção (clareza, brevidade e precisão), boa organização (coerência lógica) e boa apresentação material.

A maioria não declara qualquer informação sobre estes critérios, sendo o grau de cumprimento de 2, 3%.

O parâmetro “Prazos de Revisão” teve um grau de cumprimento de 9,3%. As revistas portuguesas deveriam publicar guias e instruções que remetiam aos seus revisores e que conteriam informação sobre itens diversificados, tais como os prazos de revisão, etc. e não o fazem.

3.1.5. Identificação e Cobertura

A *Identificação e cobertura* foi o bloco com a taxa de cumprimento mais elevada (57, 1%), isto é, foi o bloco relativamente ao qual, no seu conjunto, as revistas analisadas satisfizeram um maior número de parâmetros.

O idioma mais utilizado é o português e perante revistas publicadas em dois idiomas, predomina o português-inglês.

3.1.6. Reprodução, Aquisições e Venda

Sobre questões relacionadas com a reprodução, aquisições e venda, as revistas somente oferecem informação sucinta de alguns aspectos, a saber: quase nenhuma faz menção expressa sobre a sua política de protecção de propriedade intelectual; mais de metade, apresenta informação sobre a aquisição e subscrição completa, números soltos ou atrasados, individual ou institucional, país de origem e estrangeiro, destacando-se o facto de quase todas (42) apresentarem unicamente o preço para a subscrição da edição impressa, o que significa que, à partida, é muito escasso o grau de edição em formato digital das revistas portuguesas de CS, tendo, ainda, a maior parte delas uma circulação eminentemente impressa. Neste bloco foram analisados 4 parâmetros e o ajuste normativo é mais uma vez muito baixo (29, 7%).

⁷ Apesar de não existir uma norma relativamente ao número de revisores empregues por uma revista, existem autores tais como *O'Connor* e *Bishop* que consideram que o número que se tem considerado mais adequado é o de dois revisores.

3.1.7. Difusão

Numa época em que os meios de informação e o alcance da mesma são a chave para o desenvolvimento científico, a difusão do conhecimento é outro dos elementos importantes para a avaliação de revistas técnico-profissionais. Segundo Román Róman (Román Róman, 2001) a visibilidade de uma revista pode considerar-se a distintos níveis, que podemos classificar em *difusão directa* (por exemplo, tiragem, número de subscritores e presença em catálogos e bibliotecas) e *indirecta* (por exemplo, citação em bases de dados, directórios e presença na Internet). E, de acordo com Delgado López-Cózar (Delgado López-Cózar, 2002) o grau de circulação de uma revista depende da tiragem, subscrições e intercâmbio. Relativamente à análise efectuada à visibilidade nacional e internacional (difusão) destas publicações, estas oferecem a seguinte informação: comprovou-se que a maior parte não são indexadas em bases de dados, o que significa que têm uma circulação, visibilidade e acessibilidade muito reduzida; é baixo, também, o número de revistas (18) que declaram a sua tiragem; a maior parte (38) não declara disposição para realizar permuta ou intercâmbio com outras publicações nacionais e internacionais; e, por último, mais de metade (27) recebem subvenções por parte de organismos públicos e/ou privados, sendo predominante o financiamento de origem público (orçamento de estado e quadro comunitário português), cujos principais agentes deste investimento são a *Fundação para a Ciência e Tecnologia* (FCT) e o *Instituto Português do Livro e da Leitura* (IPLB).

3.1.8. Análise Estatística Anual dos Conteúdos

Comprovou-se que nenhuma revista apresenta uma secção com informação estatística anual acerca do seu processo editorial ou seja, número de trabalhos recebidos e publicados, taxas de aceitação e recusa e tempos de publicação (demoras).

3.1.9. Apresentação de Artigos

Por último, analisámos os seguintes 20 parâmetros que constituem o último bloco da FRD, relativo à *Apresentação de artigos*: Remissão a normas de apresentação ou manual de estilo (14,0%); Informático (62,8€); Papel (60,5%); Estrutura Física (44,2%); Título do artigo (27,9%); Nome e apelidos completos do (s) autor (es) (30,2 %); Filiação Profissional autor (es): Cargo e organismo (27,9%); Reconhecimento de bolsas ou apoios financeiros (0,0%); Direcção postal completa (18,6%); Outros meios de telecomunicação ou contacto com os autores (11,6%); Nos artigos assinados por vários, indicar o responsável da correspondência (9,3%); Tipo (Indica Se é estruturado ou não) (0,0%); Extensão (Número de palavras) (67,4%); Palavras-chave: Número e remissão a um tesouro (44,2%); Estrutura para trabalhos originais. Adopta modelo IMRYD (2,3”); Explicação do conteúdo de cada parte, seu estilo e características (2,3%); Agradecimentos (4,7%); Sistema de citação e formato de descrição bibliográfica (81,4%); Tabelas (53,4%); e Ilustrações (62,8%).

Analisou-se que 80% das revistas não orientam os autores para a consulta de normas de apresentação ou manuais de estilo que são seguidos pela respectiva revista. No que toca a questões relacionadas concretamente com *o texto*, estas apresentam muitas anomalias, tais como: quase nenhuma apresenta indicações a respeito da exigência dos autores apresentarem os originais de com acordo com a estrutura IMRYD (*Introdução, Método, Resultados e Discussão*); são muito poucas as que apresentam directrizes acerca de qual a informação que deve conter cada parte do texto, o seu estilo e características; e, em relação aos agradecimentos que os autores queiram fazer nos seus manuscritos, as revistas não apresentam qualquer orientação quanto à forma de os dispor. Quase todas oferecem informação aos autores sobre *o sistema de citação* e a forma de redigir as referências bibliográficas e, ainda, oferecem pautas exemplificativas de referências bibliográficas dos vários tipos de documentos. O sistema de citação textual mais adoptado e de aplicação consistente e uniforme é *o sistema de autor – ano*, também conhecido pelo *sistema Harvard*, ou seja, as fontes são citadas no texto, normalmente entre parêntesis, pelo primeiro apelido do autor seguido do ano de publicação do documento citado. Neste caso, somente 23,2% (10) especifica aos autores qual a norma que devem adoptar para redigirem as citações no manuscrito. Assim, destas 23,2% das revistas, apenas 11,6% remetem, especificamente, os autores para as normas nacionais, as denominadas de Normas Portuguesas. Apesar de 81,4% apresentarem directrizes aos autores de como estes devem redigir e apresentar as referências bibliográficas dos manuscritos, sendo grande parte destas acompanhadas de pautas exemplificativas. A maioria apresenta pautas exemplificativas de referências bibliográficas (53,5%).

3.2. Resultados por Área do Conhecimento

Pode apreciar-se, seguidamente, as diferenças nas práticas editoriais das revistas por área do conhecimento.

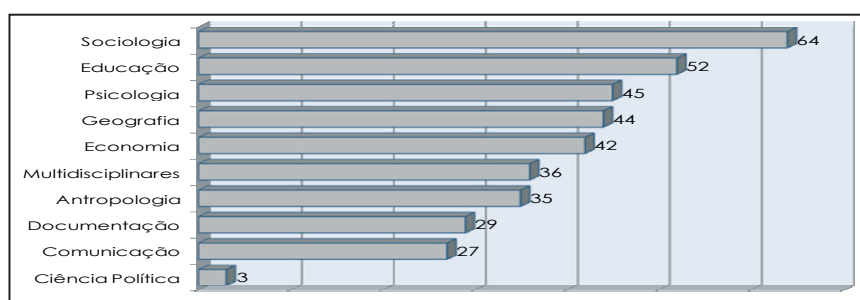


Fig. 2 – Nível de cumprimento global dos parâmetros, por área de conhecimento

Através do Fig. 2 observa-se que no universo total de revistas, a área da *Sociologia* é aquela que apresenta um nível de cumprimento global mais elevado, i.e., mais de metade dos itens relativos aos diversos parâmetros são explicitados pelos

títulos desta área do conhecimento. Seguidamente perfilam-se os títulos de *Educação* e *Psicologia* que apresentam índices vizinhos de cumprimento dos parâmetros.

4. Conclusões

Somos conscientes de que as revistas portuguesas constituem um fenómeno de estudo de dimensões institucionais e sociais, amplas e complexas e foi no âmbito da avaliação das revistas científicas que, por um lado, se procedeu à análise das práticas editoriais das revistas portuguesas na área das CS, expondo uma experiência de pesquisa e, por outro, promover os estudos de avaliação destas revistas como prioridade na investigação. Em geral, as revistas portuguesas nesta área necessitam de ser objecto de uma profunda reflexão e conseqüente revisão, tanto nos seus aspectos formais, como também será necessário reexaminar os aspectos relativos à gestão e política editorial. É imprescindível, realizar estas reformas o quanto antes, para que estas publicações possam sair da situação endógena, e assim alcançar uma maior profissionalização e visibilidade, sendo possível, ao mesmo tempo, abri-las à colaboração de especialistas de outras regiões e países. Assim, a partir da análise realizada no sistema LATINDEX (LATINDEX, 2007), parece-nos comum a várias áreas do conhecimento das CS que, realmente, embora haja uma proliferação de revistas nacionais e esforço por parte de cada instituição para publicar nas suas revistas artigos dos seus investigadores institucionais e da sua área geográfica (postura endógena), muitas vezes fazem-no sem terem qualquer segurança de sustentáculo económica e científico. Neste contexto, parece-nos sensato que se combata a multiplicação de revistas, adoptando desta maneira, uma política de união de esforços, como estratégia para fomentar qualidade a estas revistas. Estes novos planos editoriais devem ter na base a pretensão de qualidade fundamentada, na ideia de que o que se escreve e comunica nestas publicações interessa a toda uma comunidade científica, não só nacional mas, acima de tudo, internacional, desde que contenha qualidade.

Apesar da situação das práticas editoriais destas ter uma tendência para melhorar e, mesmo inovar, nos últimos anos com a participação destas em projectos internacionais e inovadores (*SciELO Portugal* e LATINDEX), se as compararmos com as revistas dos nossos países vizinhos, como por exemplo a Espanha, ou mesmo com as da área das ciências exactas portuguesas, imediatamente reconhecemos que ainda existe um grande caminho a percorrer para nos aproximarmos das suas boas práticas editoriais. Perante tal panorama, o trilho a seguir terá que ser sem atalhos e, inevitavelmente, ousamos em dizer que as políticas editoriais e de publicação das revistas científicas portuguesas carecem urgentemente de entrar numa nova etapa. Assim, olhando para um futuro melhor para estas publicações, e tal como recomendam Delgado López-Cozar et al. (2007) para as revistas espanholas, as revistas portuguesas de CS deverão nos próximos anos empreender um aperfeiçoamento, adoptando as seguintes medidas: 1. As revistas terão que ter consciência da obrigatoriedade de apresentar de forma detalhada as suas *Normas de publicação da revista, Instruções para os autores, ou Instruções para a apresentação de manuscritos* e de melhor zelarem pela apresentação destas com exactidão e detalhe pois estas constituem uma das secções mais importantes das mesmas; 2. Melhorar a difusão das normas nacionais e internacionais de publicação científica relativamente

à apresentação formal; 3. Fazer cumprir, de forma rigorosa, as normas nacionais e internacionais de publicação no que respeita à apresentação de artigos; 4. Exigir aos autores uma carta de apresentação, na qual o autor deve justificar a originalidade do seu trabalho e onde este deve explicar as novidades que este apresenta para o avanço da ciência; 5. Declarar com transparência a política editorial e de publicação da revista em relação a aspectos muito importantes tais como, recepção e agradecimento do manuscrito, envio simultâneo a outras revistas, autorização por cada um dos autores que assinam um artigo, conflitos de interesses, permissão por parte da instituição que financiou o trabalho, reprodução da informação protegida por direito de propriedade intelectual, transferência de direitos de exploração do artigo, gastos derivado do processo de revisão ou de impressão, compromisso ou não opiniões, devolução ou não dos manuscritos recusados e política de autoria; 6. Devem definir bem o que é revisão editorial e o sistema de revisão pelos pares, não sendo suficiente por parte destas declararem possuir uma revisão editorial, mas também o sistema de revisão e os critérios de avaliação dos artigos devem ser descritos da forma o mais transparente possível, a partir dos seguintes termos: sistema de arbitragem científica aplicada (anónima - cego ou duplo cego), externa ou confidencial; o número de revisores a empregar por artigo; como se realiza a selecção dos revisores; os critérios que os revisores terão que ter em conta na revisão dos artigos; informarem os revisores dos prazos de revisão; e, publicarem guias e instruções de avaliação empregues pelos revisores. Assim, no imediato, recomendamos:

- Implementar a revisão editorial sistemática a todos os artigos recebidos, ou seja, que todos os artigos adquiridos pelas revistas, sem haver excepção, sejam submetidos à revisão por parte de um membro do Conselho de Redacção da revista. Assim, que se realize uma revisão anónima editorial de todos os artigos por pares seleccionados *ad hoc* e que não pertençam à equipa;

- Criação de uma base de revisores da revista com as suas áreas de especialização;
- Elaborar um formulário para utilização interna da redacção com todas as “pautas” prescritas pela revista para o envio e apresentação de artigos no sentido de facilitar a verificação do seu cumprimento;

- Elaborar guias com instruções precisas aos revisores;
- Fixar procedimentos uniformes para atender às potenciais e/ ou reclamações dos autores;

- Publicar no final de cada ano civil uma lista de revisores que estiveram ao serviço da revista, o que significa reconhecer publicamente o trabalho destes.

7. A médio e longo prazo, aconselhamos o seguinte: utilização de revisores metodológicos especializados; Aplicação de correctores de estilo que asseguram a correcção gramatical, e especialmente, a verificação da exactidão de títulos, resumos, palavras-chave e referências bibliográficas; e Formação de Revisores, criando cursos de avaliação crítica de investigação e, concomitantemente, na sequência destas formações preparar e criar recursos didáctico-pedagógicos.

8. Melhorar a difusão das revistas, ou seja, a sua audiência e visibilidade através da sua difusão indirecta, da presença destas nas principais bases de dados internacionais e da sua difusão directa através das suas subscrições a nível nacional e internacional. Estas deverão ser mais ambiciosas e terem consciência da importância da sua internacionalização e que esta só será possível através da sua presença em bases de

dados internacionais especializadas; 9. Deve existir uma secção fixa nestas revistas onde estas anualmente apresentem informação sobre a sua análise estatística dos conteúdos científicos da revista: número de trabalhos recebido e publicados, taxas de aceitação /rejeição e, por último, os tempos de publicação (recepção/aceitação, aceitação/publicação). Devem-se atenuar estes tempos de publicação; 10. As revistas devem exigir a apresentação dos artigos de acordo com as designadas normas de apresentação ou manuais de estilo a que estas remetem, o que vai permitir aos autores seguirem requisitos uniformes; 11. Como mediada a curto prazo recomendamos que estas revistas, de uma maneira imediata e voluntarista/inteligente, promovam a gestão electrónica integral dos manuscritos de forma a agilizar o processo de tomada de decisões. Assim, um primeiro passo que aconselhamos as revistas a darem é que estas impulsionem, ao máximo, toda a comunicação entre a equipa editorial e os autores (carta de agradecimento, o acusar o recibo de recepção, a comunicação da primeira decisão editorial, a comunicação definitiva de aceitação ou recusa e remissão de provas) ou com os revisores (solicitação dos documentos de revisão e segunda revisão) que se realizem de forma electrónica, ou seja, via *web* ou via *e-mail*). Como mediada a longo prazo, destaca-se a importância da automatização do processo editorial e a gestão absoluta de manuscritos (apresentação, revisão, aceitação, publicação), tomando consciência nesta fase da aquisição de programas que já se encontram no mercado ou adoptando uma postura mais “caseira”, desenhando a sua própria base de dados; 12. Na *Primeira página* ou *Página de Título*, as revistas, a curto prazo, deverão melhorar e zelar, particularmente, pela apresentação de certos elementos chave dos artigos, tais como: os títulos dos artigos (abreviar de forma apurada o título da revista), nomes e apelidos completos do (s) autor (es) filiação profissional e direcção postal completa de cada autor, meios de contacto do (s) autor (es) (*e-mail*, fax e telefone), no caso do artigo ser de vários autores, apresentar o responsável da correspondência, as palavras-chave, resumos e o reconhecimento de bolsas ou apoios financeiros (se existirem); 13. Relativamente à apresentação dos resumos e palavras-chave recomendamos, a curto prazo, que seja exigido aos autores a apresentação destes elementos na língua inglesa, e por outro, a médio prazo aconselhamos que as revistas apresentem-nos de acordo com tesouros especializados e/ou listas de matérias; 14. Quanto à apresentação do texto propriamente dito do manuscrito, recomenda-se que as revistas exijam, nas suas instruções, a apresentação destes com uma determinada estrutura, podendo mesmo adoptarem, por exemplo, o modelo IMRYD; 15. Implementar, a médio prazo, e de forma capaz a profissionalização da gestão de processo editorial das revistas, ou seja, aumentar o tempo de dedicação à revista por parte do Conselho de Redacção e recompensá-lo, visto que uma revista científica é dirigida a profissionais com um nível de alta qualificação e perante esta realidade, é necessário que estas revistas contem com órgão de redacção (Conselho de Redacção) e de avaliação eficazes, devendo ampliar o tempo de dedicação à revistas e serem recompensados; 16. Parafraseando López-Cózar (Delgado López-Cózar, 1997), não existe qualquer dúvida de que melhorar a qualidade das revistas de CS significa que se terá que progredir muito na difusão das normas nacionais e internacionais de publicação científica relativamente à apresentação formal.

Portugal não se pode limitar a esperar que as soluções cheguem por parte de iniciativas supranacionais e a acção que nos parece que está a faltar é a planificação

política a longo prazo. Na opinião de L. A. Packer (Packer, 2001), os governos através das suas políticas científicas e tecnológicas, podem jogar um papel indispensável como estão a fazer no México e no Brasil, mediante os Conselhos de Ciência e Tecnologia que estabelecem os critérios de avaliação das suas publicações académicas locais e levam em diante projectos como o LATINDEX no México, a *Redalyc* no México, o SciELO no Brasil, e agora o SciELO Portugal, em Portugal. Acreditamos que outros trabalhos de investigação se devem juntar a este. De acordo com a nossa pesquisa, não encontrámos em Portugal outro trabalho na área das CS que aborde esta temática. Outras metodologias podem ser utilizadas, com outros critérios de avaliação, outros tipos de análise e com outros sujeitos opinando para que se aprofunde a avaliação das revistas portuguesas neste campo. Mas, paralelamente a novos e potenciais estudos, a área das Ciências Sociais deve dar continuidade às publicações já existentes, levando em consideração as regras básicas de qualidade para a produção de revistas científicas que são comuns a todas as ciências.

Referências bibliográficas

- Baker, D. (2002). The Peer Review Process in Science Education Journals. *Research in Science Education*, 32, 171-180.
- Beyer, Janice M. (1978, Winter). Editorial policies and practices among leading journals in four scientific fields. *Sociological Quarterly*, 19, 68-88.
- Cardoso, Maria Manuela. (2007). As Práticas editoriais e de publicação das revistas científicas portuguesas de Ciências Sociais. [Não publicado]. Granada: Universidade de Granada.
- Coe, Robert K., & Weinstocks, Irwin. (1967). Editorial policies of major economic journals. *Quarterly Review of Economics and Business*, 7, 37-43.
- Colaianni, L. A. (1994). Peer review in journals indexed in Index Medicus. *JAMA*, 272 (2), 156-158.
- Costa, Rosário. (2007). O futuro das revistas científicas. *e.Ciência*. Retirado em Junho 21, 2007, de http://www.cienciaportugal.net//index.php?option=com_content&task=category§ionid=16&id=51&Itemid=98 <<http://www.cienciaportugal.net//index.php>>
- Delgado López-Cózar, Emilio. (1997). Normas ISO de presentación de publicaciones periódicas científicas. *Boletín de la ANABAD*, 47 (2), 169-193.
- Delgado López-Cózar, Emilio. (1998). La normalización de publicaciones científicas. *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios*, 14 (50), 53-76.
- Delgado López-Cózar, Emilio. (1999). ISO standards for the presentation of scientific periodicals: Little known and little used by Spanish biomedical journals. *Journal of Documentation*, 55 (3), 288-309.
- Delgado López-Cózar, Emilio. (2001). ¿Por qué enseñar métodos de investigación en las Facultades de Biblioteconomía y Documentación? *Anales de Documentación*, (4), 51-71. Retirado em Junho 21, 2007, de <http://www.um.es/fccd/anales/ad04/a03metinv.pdf>
- Delgado López-Cózar, Emilio. (2002). *La investigación en biblioteconomía y documentación*. Gijón: TREA.
- Delgado López-Cózar, Emilio, & Ruiz Pérez, Rafael. (2003). *Explicación de los parámetros de evaluación conforme a Normas, Manuales y prescripciones de referencia*. Granada: Universidad de Granada.

- Delgado López-Cózar, Emilio, Ruiz Pérez, Rafael, & Jiménez Contreras, Evaristo. (2007). *La Edición de Revistas Científicas: Directrices, Criterios y Modelos de Evaluación*. Madrid: Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología.
- Freda, M. C., & Kearney, M. (2005). An international survey of nurse editors: roles and practices. *Nurse Scholarship*, 37 (1), 87-94.
- Godlee, F., & Jefferson, T. (1999). *Peer Review in Health Sciences*. London: BMJ Books.
- Hellman, Hal. (1998). *Great Feuds in Science: Ten of the Liveliest Disputes Ever* (p. 40). Nova Iorque: John Wiley.
- LATINDEX. (2007). *Sistema Regional de Información en Línea para Revistas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*. Retirado em Julho 2, 2009, de <http://www.latindex.unam.mx/>
- NP 405-1 (1994). *Norma Portuguesa para referências bibliográficas: Documentos impressos*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, Ministério da Indústria e Energia.
- NP 405-2 (1998). *Norma Portuguesa para referências bibliográficas: Parte 2: Materiais não livro*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, Ministério da Indústria e Energia.
- NP 405-3 (2000). *Norma Portuguesa para referências bibliográficas: Parte 3: Documentos não publicados*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, Ministério da Indústria e Energia.
- NP 405-4 (2002). *Norma Portuguesa para referências bibliográficas: Parte 4: Documentos electrónicos*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, Ministério da Indústria e Energia.
- OCES – Observatório da Ciência e do Ensino Superior. (2007). Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Retirado em Junho 21, 2007, de <http://www.oces.mctes.pt/>
- Packer, A. L. (2001) *The SciELO Model for electronic publishing and measuring of usage and impact of Latin American and Caribbean scientific journals. Second Icsu-Unesco International Conference electronic publishing in science. Session III: responses from the scientific community*. Paris: Unesco. Retirado em Abril 30, 2009, de http://www.unesco.org/science/psd/wsd03/proceedings_sess3.htm#s3_packer
- Peters, Douglas P., & Ceci, Stephen J. (1982). Peer review practices of psychological journals: The fate of accepted, published articles, submitted again. *The Behavioural and Brain Science*, 5 (2), 187-255.
- Róman Róman, A. (org). (2001). *La edición de revistas científicas: guía de buenos usos* (p. 35-36). Madrid: Centro de Información y Documentación Científica CINDOC (CSIC). Retirado em Junho 21, 2009, de <http://www.latindex.unam.mx/latindex/Documentos/Guiabu.doc>
- SciELO – Scientific Electronic Library Online. (2007^a). Retirado em Junho 21, 2007, de <http://www.scielo.org/index.php?lang=en>
- SciELO Portugal. (2007^b). Retirado em Junho 21, 2007, de <http://www.scielo.oces.mctes.pt/>
- Weller, A. C. (1990, March 9). Editorial peer review in US medical journals. *JAMA*, 263 (10), 1344-1347.
- Wilkes, M. S., & Kravitz, R. (1995, August). Policies, practices, and attitudes of North American medical journal editors. *Journal of General Internal Medicine*, 10(8), 443-450.

Anexos

Anexo 1 – Inventário das revistas científicas portuguesas de CS analisadas

Título	Editor	ISSN
Análise Psicológica	Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA)	0870-8231
Análise Social	Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Lisboa	0003-2573
Antropologia Portuguesa	Departamento de Antropologia. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade de Coimbra	0870-0990
Antropológicas	Universidade Fernando Pessoa	0873-819X
A Pessoa como centro. Revista de Estudos Rogerianos	Associação Portuguesa de Psicoterapia Centrada na Pessoa e de Counselling	0874-0070
Boletim de ciências económicas	Faculdade de Direito. Universidade de Coimbra	0870-4252
Cadernos de biblioteconomia, arquivística e documentação BAD	Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD)	0007-9421
Cidades – Comunidades e Territórios	Centro de Estudos Territoriais. Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)	0430-5027
Economia Global e Gestão	Escola de Gestão. Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)	0873-7444
Educação, sociedade & culturas	Edições Afrontamento	0872-7643
Estudos de Economia (actualmente, Portuguese Economic Journal)	Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). Universidade Técnica de Lisboa	0870-1326
Estudos de Gestão (actualmente, Portuguese Journal of Management Studies)	Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). Universidade Técnica de Lisboa	0872-5284
Economia	Universidade Católica Portuguesa. Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais	0870-3531
Economia e Sociologia	Instituto Superior Económico e Social (ISEG)	0870-6026
Estudos Políticos e Sociais	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISEG)	0014-1623
European Journal of Psychology of education	Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA)	0256-2928
Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia	Centro de Estudos Geográficos. Faculdades de Letras. Universidade de Lisboa	0430-5027
Garcia de Orta. Série de Antropobiologia	Instituto de Investigação Científica Tropical. Centro de Geografia	0870-0168
Garcia de Orta. Série de Geografia	Instituto de Investigação Científica Tropical. Centro de Geografia	0379-9514
Geoinova. Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional	Departamento de Geografia e Planeamento Regional	0874-6540
Leituras: revista da Biblioteca Nacional	Biblioteca Nacional de Portugal	083-7045
Media e Jornalismo	Minerva Editorial	1645-5681
Notas Económicas	Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra	0872-4733
Observatório. Revista da Obercom	Obercom. Observatório da Comunicação	0874-8810
Organizações e trabalho	Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho – APSIOT	0871-4835

Política Internacional	Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos	0873-6650
Portuguese Economic Journal	Spring Verlag	1677-982X
Portuguese Journal of Social Science	Instituto Superior de Ciências do Trabalho do Trabalho e das Empresas (ISCTE)	1476-413X
Psicologia	Colibri	0874-2049
Psicologia, Saúde e Doenças	Sociedade Portuguesa de Psicologia da Saúde	1654-0086
Psychologica	Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade de Coimbra	0871-4657
Relações Internacionais	Instituto Português de Relações Internacionais. Universidade Nova de Lisboa	1532-673X
Review of Financial Markets	Centro de Investigação de Mercados e Activos Financeiros do ISCTE	0874-1946
Revista Crítica de Ciências Sociais	Centro de Estudos Sociais (CES). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.	0254-1106
Revista de Comunicação e linguagens	Edições Relógio d'Água	0870-7081
Revista de educação especial e reabilitação – REER	Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Motricidade Humana. Departamento de Educação Especial e Reabilitação	0873-464X
Revista de história económica e social	Âncora Editora	0870-6077
Revista Lusitana	Universidade de Lisboa. Centro de Estudos Geográficos	0870-0206
Revista Lusófona de Educação	Edições Universitárias Lusófonas. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias	1645-7250
Revista Portuguesa de Educação	Universidade do Minho. Instituto de Educação e Psicologia. Centro de Investigação em Educação	0871-9187
Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão	INDEG/ISCTE – Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial e Fundação Getúlio Vargas	1645-4464
Sociologia, Problemas e Práticas	Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES). Instituto Superior de Ciências do Trabalho do Trabalho e das Empresas (ISCTE)	0873-6529
Trabalhos de Antropologia e Etnologia	Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto	0304-243X
Universidade de Coimbra. Arquivos. Boletim	Arquivo da Universidade de Coimbra	0872-5632

Anexo 2 – Folha de Recolha de Dados (FRD)

Título da Revista	Avaliação	Conteúdo
Recepção e agradecimento		
POLÍTICA EDITORIAL E DE PUBLICAÇÃO		
Declaração de originalidade (não foi publicado anteriormente)		
Declaração não envio simultâneo a outras revistas		
Declaração de autorização por cada um dos assinantes de um artigo		
Declaração de conflitos de interesses		
Permissão de publicação por parte da instituição que financiou a investigação		

Permissão por ter reproduzido informação protegida pelo direito propriedade intelectual		
Transferência de direitos de exploração do artigo		
Aceitação de suportar gastos derivados do processo de revisão ou de impressão		
Compromisso ou não com opiniões		
Não devolução manuscritos rejeitados		
Política de autoria		
SISTEMA DE REVISÃO		
Sistema de Avaliação de manuscritos		
Revisão editorial		
Sistema de revisão por pares		
Número de revisores		
Crítérios de revisão		
Prazos revisão		
Publicação guias de avaliação empregues pelos revisores		
IDENTIFICAÇÃO E COBERTURA		
Editorial		
Organização patrocinadora		
Periodicidade		
Antiguidade		
Cobertura		
Secciones		
Tipos de artículos considerados: Descrição do seu conteúdo, formato e extensão		
Idioma: Línguas aceites		
REPRODUÇÃO, AQUISIÇÕES E VENDA		
© Autorização reproduções		
Aquisição e subscrições:		
Preço: Subscrição completa, números soltos ou atrasados, individual ou institucional, país de origem e estrangeiro		
Trâmites: Direcção, forma de pagamento (prazo e medio), procedimento de renovação, obtenção números atrasados		
Publicidade: nome e direcção de pessoas ou agências responsáveis, tipo anúncios e taxas		
DIFUSÃO		
Base de dados que indexam a revista		
Tiragem		
Intercambio, permuta ou doação		
Subvenções		
ANÁLISE ESTATÍSTICA ANUAL CONTEÚDOS CIENTÍFICOS DA REVISTA		
Trabalhos recebido		
Trabalhos publicados		
Taxas de aceitação/rejeição		
Tempos de publicação		
APRESENTAÇÃO DE MANUSCRITOS		
Remissão a normas de apresentação ou manual de estilo suporte e formato		

Informático: Formato disquete (3,5/PC o Macintosh), Tratamento de textos, Número de copias Número E Nome dos ficheiros.		
Papel: Formato, número de cópias, uma sola cara.		
Estrutura física: Margens, estilo e corpo dos caracteres, tipo interlineado, espaçado, longitude linhas, tipo de justificação, tipo de parágrafos, numeração páginas		
ESTILO E PARTES DO MANUSCRITO		
PRIMEIRA PÁGINA OU PÁGINA DE TÍTULO		
Título artigo		
Nome e apellidos completos autor(es)		
Filiação Profissional autor (es): Cargo e organismo		
Reconhecimento de bolsas ou apoios financeiros		
Direcção postal completa		
Noutros casos, outros meios de telecomunicações ou contacto com os autores: Tel. Fax, E-mail		
Nos artigos assinados por vários, indicar o responsável da correspondência		
PÁGINA DE RESUMO (RESUMO E PALABRAS-CHAVE)		
Tipo (Indica se é estruturado ou não)		
Extensão (Número de palavras)		
Palavras-chave: Número e remissão a um tesouro		
TEXTO		
Estrutura para trabalhos originais. Adopta modelo IMRYD:		
Explicação do conteúdo de cada parte, seu estilo e características.		
Agradecimentos		
BIBLIOGRAFÍA		
Sistema de citação e formato de descrição bibliográfica. Pautas exemplificadoras de todos os tipos possíveis		
TABELAS		
ILUSTRAÇÕES		